

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

CNPJ nº 44.507.288/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "IBH XVII") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A IBH XVII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e detém participação direta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A.

Os PCHs estão localizados nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A IBH XVII trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com

larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	BALANÇO PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	5	518	27.210	130.053	19	48	90	8.815
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	23	20	7.475	284.263	96.506
Contas a receber	7	-	-	36.462	8	-	58	131
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	31.477	-	9	-	19.524	-
IRPJ e CSLL a recuperar	10	895	-	2.980	22	-	3.986	-
Tributos a recuperar	11	566	977	4.103	21	10	12	5.345
Despesas antecipadas	12	-	-	675	23	-	47.703	43.643
Estoque	13	-	-	714	-	-	7	969
Outras contas a receber	14	-	-	1.194	-	-	-	-
Total do ativo circulante		1.979	59.664	176.204	7.533	284.423	182.017	493.332
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
IRPJ e CSLL a recuperar	10	-	-	1.477	20	198.526	-	841.621
Despesas antecipadas	12	-	-	1.483	24	-	-	10.305
Ativo financeiro indenizável	15	-	-	23.550	22	-	-	1.697
Outras contas a receber	14	-	-	10.305	-	-	-	874
Investimentos	16	375.472	439.146	-	-	-	-	-
Imobilizado	17	-	-	634.427	20	198.526	-	841.621
Intangível	18	-	-	414.073	24	-	-	10.305
Total do ativo não circulante		375.472	439.146	1.085.315	198.526	-	854.497	480.115
Total do ativo		377.451	498.810	1.261.519	377.451	498.810	1.261.519	1.280.494

Passivos	BALANÇO PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Circulante								
Fornecedores	19	48	-	-	19	48	90	8.815
Debêntures	20	7.475	284.263	96.506	20	7.475	284.263	96.506
Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	-	8	-	58	131
Dividendos a pagar	9	-	-	-	9	-	19.524	-
IRPJ e CSLL	22	-	-	-	22	-	3.986	-
Tributos e obrigações trabalhistas	21	10	-	-	21	10	12	5.345
Provisão liminar garantia física	23	-	-	-	23	-	47.703	43.643
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante		7.533	284.423	182.017	7.533	284.423	182.017	493.332
Não circulante								
Debêntures	20	198.526	-	-	20	198.526	-	841.621
Provisão para processos judiciais	24	-	-	-	24	-	-	10.305
IRPJ e CSLL diferidos	22	-	-	-	22	-	-	1.697
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	874
Total do passivo não circulante		198.526	-	854.497	198.526	-	854.497	480.115
Patrimônio líquido								
Capital social	25	189.887	290.900	189.887	25	189.887	290.900	290.900
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Total atribuído aos acionistas da controladora		171.392	214.387	171.392	171.392	214.387	171.392	214.387
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	92.660
Total do patrimônio líquido		171.392	214.387	225.005	171.392	214.387	225.005	307.047
Total do passivo e patrimônio líquido		377.451	498.810	1.261.519	377.451	498.810	1.261.519	1.280.494

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Informações Gerais: **1.1 Contexto operacional:** A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., ("Companhia" ou "Controladora" ou "IBH XVII") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2021, com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. ("IBH XVI") e controlador final a Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria" ou "FIP IV"). **1.2 Relação de entidades controladas:** A Companhia detém participação direta de 51% na Essentia PCHs S.A. ("Essentia PCHs"). Essa participação resultou da operação de compra de ações concluída em 30 de junho de 2022, na qual a Companhia, juntamente com a Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("IBH XIX") – empresa controlada indiretamente pela Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("PIER") – adquiriu o controle da Essentia PCHs. A Essentia PCHs atua como holding e controla seis sociedades de propósito específico ("SPEs"), listadas a seguir e que detêm e operam nove pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"): Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A., Rio PCH I S.A. e Bahia PCH I S.A. Todas essas empresas são autorizadas pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica. A participação indireta da Companhia nessas empresas é de 51% para Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A., Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A., Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Goiás Sul Geração de Energia S.A. e Bahia PCH I S.A. Já na Rio PCH I S.A., a participação indireta da Companhia é de 35,7%, conforme detalhado na tabela abaixo.

Empresa	Participação		Atividade principal	Controle
	31/12/25	31/12/24		
Essentia PCHs S.A.	51%	51%	Holding	Direto
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto
Rio PCH I S.A.	35,7%	35,7%	PCH – Hidrelétrica	Indireto (i)
Bahia PCH I S.A.	51%	51%	PCH – Hidrelétrica	Indireto

(i) A participação de 35,7% na Rio PCH I S.A. corresponde à participação econômica indireta da Companhia. O controle é exercido de forma indireta por meio da Essentia PCHs S.A., que detém 70% da Controlada. Abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025: **Controlada direta: Essentia PCHs S.A.:** A Essentia PCHs com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas. **Controladas indiretas: Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A. ("Galheiros"):** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação laziara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho nº 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012. Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passou a ser até 09 de novembro de 2042. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I, que passa a ser até 07 de novembro de 2049. **Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidrelétricas S.A. ("Santa Cruz"):** Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011, autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizada no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir

da, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação laziara. O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009). Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passou a ser até 05 de maio de 2039. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II, que passa a ser até 05 de maio de 2046. **Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G"):** Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no Rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais. A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelece o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/verificada) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. ("Goiás Sul"):** Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando em forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples de 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipaeremi. O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passou a ser até 11 de novembro de 2040, e da PCH Nova Aurora, que passou a ser até 19 de janeiro de 2041. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira, que passa a ser até 13 de junho de 2045, e da PCH Nova Aurora, que passa a ser até 02 de setembro de 2045. **Rio PCH I S.A. ("Rio PCH"):** Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até a subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Ipaeremi. A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR). O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009). Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga, que passou a ser até 14 de agosto de 2039, e da PCH Pedra do Garrafão, que passou a ser até 19 de setembro de 2039. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga, que passa a ser até 26 de janeiro de 2044, e da PCH Pedra do Garrafão, que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044. **Bahia PCH I S.A. ("Bahia PCH"):** Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande, que passou a ser até 23 de outubro de 2040. Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029. A Companhia, juntamente com suas

controladas, é referida como "Grupo" ao longo das demonstrações financeiras. **1.3 Contratos de energia:** A controlada indireta Afluente G, detentora das usinas Alto Fêmeas I e Presidente Goulart, firmou, em 28 de maio de 2006, Contrato Bilateral Regulado (CBR), por meio do qual comercializa energia elétrica exclusivamente com uma distribuidora localizada na região Nordeste do Brasil, ao preço contratual de R\$ 125,63 por MWh (R\$ R\$ 384,87 por MWh em 31 de dezembro de 2025). A controlada indireta Galheiros participou do 2º Leilão de Fontes Alternativas (2º LFA), realizado em 26 de agosto de 2010, na modalidade quantidade de energia, comprometendo-se a vender energia elétrica ao preço de R\$ 144,50 por MWh (R\$ 338,39 por MWh em 31 de dezembro de 2025) para 14 distri-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do  www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas		Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão																																																																																																																																																																																																																				
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos																																																																																																																																																																																																																					
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.																																																																																																																																																																																																																					
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.																																																																																																																																																																																																																					
<p>(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas. O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário ("DI") acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas à taxa variável expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juro variável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidência e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.</p>																																																																																																																																																																																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instrumento</th> <th rowspan="2">Inde-xador</th> <th rowspan="2">Saldo em provável no resul-tado em 25%</th> <th rowspan="2">Redução de índice em 25%</th> <th rowspan="2">Elevação de índice em 25%</th> <th rowspan="2">Redução de índice em 50%</th> <th rowspan="2">Elevação de índice em 50%</th> <th colspan="3">Controladora</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/25</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="7"></td> <td>Cenário I</td> <td>Cenário II</td> <td>Cenário III</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Impacto</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>CDI</td> <td>518</td> <td>70</td> <td>52</td> <td>87</td> <td>35</td> <td>104</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>CDI (207.653)</td> <td>(27.911)</td> <td>(20.933)</td> <td>(34.888)</td> <td>(13.955)</td> <td>(41.866)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Consolidado</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">31/12/25</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td>Cenário I</td> <td>Cenário II</td> <td>Cenário III</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Impacto</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>CDI</td> <td>130.053</td> <td>17.480</td> <td>13.110</td> <td>21.851</td> <td>8.740</td> <td>26.221</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td>CDI</td> <td>23</td> <td>3</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>5</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>CDI (967.641)</td> <td>(130.060)</td> <td>(97.545)</td> <td>(162.575)</td> <td>(65.030)</td> <td>(195.090)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Consolidado</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">31/12/25</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td>Cenário I</td> <td>Cenário II</td> <td>Cenário III</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Impacto</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>CDI</td> <td>130.053</td> <td>17.480</td> <td>13.110</td> <td>21.851</td> <td>8.740</td> <td>26.221</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Títulos e valores mobiliários</td> <td>CDI</td> <td>23</td> <td>3</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>5</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>CDI (967.641)</td> <td>(130.060)</td> <td>(97.545)</td> <td>(162.575)</td> <td>(65.030)</td> <td>(195.090)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Instrumento	Inde-xador	Saldo em provável no resul-tado em 25%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	Controladora			31/12/25	31/12/25	31/12/25								Cenário I	Cenário II	Cenário III									Impacto				Caixa e equivalentes de caixa	CDI	518	70	52	87	35	104				Debêntures	CDI (207.653)	(27.911)	(20.933)	(34.888)	(13.955)	(41.866)												Consolidado											31/12/25											Cenário I	Cenário II	Cenário III									Impacto				Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.053	17.480	13.110	21.851	8.740	26.221				Títulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	2	2	5				Debêntures	CDI (967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)												Consolidado											31/12/25											Cenário I	Cenário II	Cenário III									Impacto				Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.053	17.480	13.110	21.851	8.740	26.221				Títulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	2	2	5				Debêntures	CDI (967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)				
Instrumento	Inde-xador	Saldo em provável no resul-tado em 25%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%								Elevação de índice em 50%	Controladora																																																																																																																																																																																																										
						31/12/25	31/12/25	31/12/25																																																																																																																																																																																																																
							Cenário I	Cenário II	Cenário III																																																																																																																																																																																																															
							Impacto																																																																																																																																																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	518	70	52	87	35	104																																																																																																																																																																																																																	
Debêntures	CDI (207.653)	(27.911)	(20.933)	(34.888)	(13.955)	(41.866)																																																																																																																																																																																																																		
							Consolidado																																																																																																																																																																																																																	
							31/12/25																																																																																																																																																																																																																	
							Cenário I	Cenário II	Cenário III																																																																																																																																																																																																															
							Impacto																																																																																																																																																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.053	17.480	13.110	21.851	8.740	26.221																																																																																																																																																																																																																	
Títulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	2	2	5																																																																																																																																																																																																																	
Debêntures	CDI (967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)																																																																																																																																																																																																																		
							Consolidado																																																																																																																																																																																																																	
							31/12/25																																																																																																																																																																																																																	
							Cenário I	Cenário II	Cenário III																																																																																																																																																																																																															
							Impacto																																																																																																																																																																																																																	
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.053	17.480	13.110	21.851	8.740	26.221																																																																																																																																																																																																																	
Títulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	2	2	5																																																																																																																																																																																																																	
Debêntures	CDI (967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)																																																																																																																																																																																																																		
<p>(b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as condições restritivas financeiras (covenants), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data deste balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$518 (R\$27.210 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$130.053 (R\$91.091 em 31 de dezembro de 2024). A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.</p>																																																																																																																																																																																																																								
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Até um ano (i)</th> <th rowspan="2">1 até 3 anos (ii)</th> <th rowspan="2">3 até 5 anos (iii)</th> <th rowspan="2">Acima de 5 anos (iv)</th> <th rowspan="2">Acima de 5 anos (v)</th> <th rowspan="2">Total geral</th> <th colspan="2">Controladora</th> </tr> <tr> <th>Vencimentos</th> <th>Vencimentos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="2">Em 31 de dezembro de 2025</td> </tr> <tr> <td>Fornece-dores</td> <td>48</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>48</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>30.826</td> <td>52.771</td> <td>48.405</td> <td>240.369</td> <td>372.371</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="2">Em 31 de dezembro de 2024</td> </tr> <tr> <td>Fornece-dores</td> <td>90</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>90</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>309.227</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>309.227</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="2">Consolidado</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="2">Vencimentos</td> </tr> <tr> <th>Até um ano (i)</th> <th>1 até 3 anos (ii)</th> <th>3 até 5 anos (iii)</th> <th>Acima de 5 anos (iv)</th> <th>Acima de 5 anos (v)</th> <th>Total geral</th> <th colspan="2"></th> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="2">Em 31 de dezembro de 2025</td> </tr> <tr> <td>Fornece-dores</td> <td>8.815</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>8.815</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>198.127</td> <td>344.638</td> <td>287.825</td> <td>694.209</td> <td>1.524.799</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar a partes relacionadas</td> <td>131</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>131</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividên-dos a pagar</td> <td>19.524</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>19.524</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão liminar garantia física</td> <td>47.703</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>47.703</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>7</td> <td>874</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>881</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="2">Em 31 de dezembro de 2024</td> </tr> <tr> <td>Fornece-dores</td> <td>10.897</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>10.897</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>488.153</td> <td>357.809</td> <td>317.392</td> <td>-</td> <td>1.163.354</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar a partes relacionadas</td> <td>37.506</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>37.506</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão liminar garantia física</td> <td>43.643</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>43.643</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>969</td> <td>316</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.285</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Até um ano (i)	1 até 3 anos (ii)	3 até 5 anos (iii)	Acima de 5 anos (iv)	Acima de 5 anos (v)	Total geral	Controladora		Vencimentos	Vencimentos								Em 31 de dezembro de 2025		Fornece-dores	48	-	-	-	48			Debêntures	30.826	52.771	48.405	240.369	372.371										Em 31 de dezembro de 2024		Fornece-dores	90	-	-	-	90			Debêntures	309.227	-	-	-	309.227										Consolidado									Vencimentos		Até um ano (i)	1 até 3 anos (ii)	3 até 5 anos (iii)	Acima de 5 anos (iv)	Acima de 5 anos (v)	Total geral										Em 31 de dezembro de 2025		Fornece-dores	8.815	-	-	-	8.815			Debêntures	198.127	344.638	287.825	694.209	1.524.799			Contas a pagar a partes relacionadas	131	-	-	-	131			Dividên-dos a pagar	19.524	-	-	-	19.524			Provisão liminar garantia física	47.703	-	-	-	47.703			Outras contas a pagar	7	874	-	-	881										Em 31 de dezembro de 2024		Fornece-dores	10.897	-	-	-	10.897			Debêntures	488.153	357.809	317.392	-	1.163.354			Contas a pagar a partes relacionadas	37.506	-	-	-	37.506			Provisão liminar garantia física	43.643	-	-	-	43.643			Outras contas a pagar	969	316	-	-	1.285																					
Até um ano (i)	1 até 3 anos (ii)	3 até 5 anos (iii)	Acima de 5 anos (iv)	Acima de 5 anos (v)	Total geral							Controladora																																																																																																																																																																																																												
						Vencimentos	Vencimentos																																																																																																																																																																																																																	
							Em 31 de dezembro de 2025																																																																																																																																																																																																																	
Fornece-dores	48	-	-	-	48																																																																																																																																																																																																																			
Debêntures	30.826	52.771	48.405	240.369	372.371																																																																																																																																																																																																																			
							Em 31 de dezembro de 2024																																																																																																																																																																																																																	
Fornece-dores	90	-	-	-	90																																																																																																																																																																																																																			
Debêntures	309.227	-	-	-	309.227																																																																																																																																																																																																																			
							Consolidado																																																																																																																																																																																																																	
							Vencimentos																																																																																																																																																																																																																	
Até um ano (i)	1 até 3 anos (ii)	3 até 5 anos (iii)	Acima de 5 anos (iv)	Acima de 5 anos (v)	Total geral																																																																																																																																																																																																																			
							Em 31 de dezembro de 2025																																																																																																																																																																																																																	
Fornece-dores	8.815	-	-	-	8.815																																																																																																																																																																																																																			
Debêntures	198.127	344.638	287.825	694.209	1.524.799																																																																																																																																																																																																																			
Contas a pagar a partes relacionadas	131	-	-	-	131																																																																																																																																																																																																																			
Dividên-dos a pagar	19.524	-	-	-	19.524																																																																																																																																																																																																																			
Provisão liminar garantia física	47.703	-	-	-	47.703																																																																																																																																																																																																																			
Outras contas a pagar	7	874	-	-	881																																																																																																																																																																																																																			
							Em 31 de dezembro de 2024																																																																																																																																																																																																																	
Fornece-dores	10.897	-	-	-	10.897																																																																																																																																																																																																																			
Debêntures	488.153	357.809	317.392	-	1.163.354																																																																																																																																																																																																																			
Contas a pagar a partes relacionadas	37.506	-	-	-	37.506																																																																																																																																																																																																																			
Provisão liminar garantia física	43.643	-	-	-	43.643																																																																																																																																																																																																																			
Outras contas a pagar	969	316	-	-	1.285																																																																																																																																																																																																																			

continuação

continuação

buidoras, abrangendo todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN). A controlada indireta Goiás Sul, detentora das usinas Goiandira e Nova Aurora, negociou energia elétrica no 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005, também na modalidade quantidade de energia, ao preço de R\$ 99,95 por MWh (R\$ 287,53 por MWh em 31 de dezembro de 2025), com venda destinada a 31 distribuidoras de energia elétrica, distribuídas por todos os submercados. A controlada indireta Santa Cruz, detentora da usina São Domingos, e a RIO PCH, detentora das usinas Pirapetinga e Pedra Garrafão, comercializaram energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) por

Abaixo as características das usinas:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Energia Assegurada – MWm	Contratos de Venda – MWm	Início da autorização	Fim da autorização
Afluentes (i)	Alto Fêmeas I	BA	10,65	8,55	8	01/11/2005	31/10/2027
Afluentes (ii) e (iii)	Presidente Goulart	BA	8	5,21	9	01/11/2005	31/09/2027
Galheiros (i) e (ii)	Galheiros I	GO	12,06	7,02	6,4	01/09/2013	31/08/2042
Goiás Sul (i) e (ii)	Goiandira	GO	27	17,09	16	01/01/2010	31/12/2039
Goiás Sul (ii) e (iii)	Nova Aurora	GO	21	12,37	12	01/01/2010	31/12/2039
Rio PCH (i)	Pedra Garrafão	RJ	19	10,75	11	01/01/2009	31/12/2038
Rio PCH (ii) e (iii)	Pirapetinga	RJ	20	12,71	11	01/01/2009	31/12/2038
Santa Cruz (i), (ii) e (iii)	São Domingos II	GO	24,66	19,08	21	01/01/2009	01/12/2038
Bahia PCH (i) e (ii)	Sítio Grande	BA	25	19,62	19	01/12/2009	31/12/2029
Total			167,37	112,4	113,4		

Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são: (i) Houve alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes de setembro/2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora. (ii) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração. Os principais motivos para os contratos de vendas estarem acima garantia física são: (iii) Para a SPE Afluentes G, a redução da garantia física ocorreu posteriormente à celebração dos contratos de venda de energia (PPAs), resultando em descasamento entre a energia contratada e a energia assegurada vigente. (iv) Para a SPE Santa Cruz, a Companhia possui decisão liminar vigente que assegura a manutenção da garantia física em patamar anterior às revisões regulatórias, conforme nota explicativa nº 23. Adicionalmente, os descasamentos entre energia contratada e garantia física não acarretam ônus regulatório, uma vez que eventuais insuficiências de lastro são compensadas por meio da aquisição de energia no mercado, garantindo o cumprimento integral dos PPAs, sendo a exposição restrita a efeitos econômicos. **1.4 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 5.554 na Controladora (R\$ 224.759 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido positivo de R\$ 5.813 no Consolidado (R\$ 336.108 negativo em 31 de dezembro de 2024) e decorrem substancialmente do passivo circulante de debêntures.

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Total do ativo circulante	1.979	59.664
Total do passivo circulante	7.533	284.423
Capital circulante líquido	(5.554)	(224.759)
A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia e suas controladas, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente. A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo, aportes de capital pelos acionistas e refinanciamento das dívidas abertas com captação de novas dívidas, que poderão ser de curto ou longo prazo conforme a necessidade. Essa estratégia visa reforçar o caixa e garantir a solvência da Companhia no curto e médio prazo, ajustando-se às condições de mercado e à capacidade de pagamento. O acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por no menos 12 (doze) meses. 1.5 Principais movimentações: Reorganização Societária – Cisão Parcial: A Companhia passou por um processo de otimização da estrutura societária que se iniciou em 2023 e foi finalizado em 2024. Em 2023, ocorreu a primeira reorganização societária, em que, ao final da transação, a Companhia passou a deter 68% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 84%) e a IBH XIX passou a deter 32% de participação na Essentia PCHs (anteriormente 16%). Em 2024, ocorreu a segunda reorganização societária, de modo que ao final de todos os passos, a Companhia passou a deter 51% da Essentia PCHs (anteriormente 68% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs (anteriormente 32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Desta forma, o PIER – acionista indireto e detentor de 100% da IBH XIX – ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o FIP IV – acionista indireto – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. Dentre os passos da reorganização, houve a captação de debêntures privadas pela Companhia, sendo os recursos primordialmente utilizados para reduzir o saldo devedor das dívidas existentes e, ao final, essas debêntures privadas foram convertidas em capital pelo PIER, mediante a transferência de 17% das ações da Essentia PCHs. Abaixo, alguns detalhes adicionais da operação. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, a Companhia aprovou, por unanimidade, o protocolo de cisão parcial de seus ativos, de modo que a Companhia permaneceu com 51% de participação na Essentia PCHs, e os outros 17% de participação passaram a fazer parte da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. ("IBH XVII-A"), e que incorporou a sua parcela cindida. A cisão foi realizada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, com data base de 12 de março de 2024, considerando o valor patrimonial contábil da Companhia. As debêntures privadas da Companhia, as quais passaram para a IBH XVII-A durante o processo de cisão e incorporação, contavam com o PIER como debenturista. Desta forma, o PIER em seguida realizou o aporte (capitalização) das debêntures em participação societária na IBH XVII-A. O acervo líquido cindido na data da efetivação da cisão em 12 de março de 2024 está composto abaixo:		

Ativo	12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024																																										
Circulante																																													
Debêntures privadas		103.333	103.333																																										
Não circulante																																													
Patrimônio líquido																																													
Investimentos	154.997	Capital social	51.664																																										
	154.997		51.664																																										
Capital circulante líquido	154.997		154.997																																										
<p>Por fim, (i) ocorreu a consolidação da estrutura de investimentos do PIER, por meio da incorporação da IBH XVII-A por sua controlada indireta Infraestrutura Brasil Holding XIX ("IBH XIX"); (ii) a IBH XVII-A permaneceu como controladora de 51% da Essentia PCHs, e a IBH XIX passou a deter 49% da Essentia PCHs. 1.6 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: O CPC 23 estabelece que podem ocorrer ajustes ou erros no registro, mensuração, apresentação ou divulgação das demonstrações contábeis e que erros materiais de exercícios anteriores devem ser corrigidos retrospectivamente, inclusive por reapresentação dos valores comparativos do período afetado. O Grupo revisa continuamente a apresentação e a divulgação de suas demonstrações para mantê-las adequadas e alinhadas às normas vigentes. 1.6.1 Reclassificação de cifras comparativas: Para assegurar a comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores relativos à amortização da mais valia (vide Nota Explicativa nº 16), nas Demonstrações do Resultado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sem efeito no resultado do Grupo. Os efeitos dessas reclassificações são demonstrados a seguir:</p>																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>Reclassi-ficações</td> <td>Reclassi-ficações</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Nota 31/12/24</td> <td>Nota 31/12/24</td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td>28 (24.899)</td> <td>24.597 (302)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com participações societárias</td> <td>16 55.977 (24.597)</td> <td>31.380</td> </tr> <tr> <td>Lucro operacional</td> <td>31.078</td> <td>31.078</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>29 2.904</td> <td>2.904</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>29 (44.270)</td> <td>(44.270)</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro</td> <td>(41.366)</td> <td>(41.366)</td> </tr> <tr> <td>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</td> <td>(10.288)</td> <td>(10.288)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td> <td>30</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>30</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo do exercício</td> <td>(10.288)</td> <td>(10.288)</td> </tr> </tbody> </table>					Controladora	Consolidado		31/12/24	31/12/24		Reclassi-ficações	Reclassi-ficações		Nota 31/12/24	Nota 31/12/24	Despesas gerais e administrativas	28 (24.899)	24.597 (302)	Resultado com participações societárias	16 55.977 (24.597)	31.380	Lucro operacional	31.078	31.078	Receitas financeiras	29 2.904	2.904	Despesas financeiras	29 (44.270)	(44.270)	Resultado financeiro	(41.366)	(41.366)	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.288)	(10.288)	Imposto de renda e contribuição social correntes	30	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	-	Prejuízo do exercício	(10.288)	(10.288)
	Controladora	Consolidado																																											
	31/12/24	31/12/24																																											
	Reclassi-ficações	Reclassi-ficações																																											
	Nota 31/12/24	Nota 31/12/24																																											
Despesas gerais e administrativas	28 (24.899)	24.597 (302)																																											
Resultado com participações societárias	16 55.977 (24.597)	31.380																																											
Lucro operacional	31.078	31.078																																											
Receitas financeiras	29 2.904	2.904																																											
Despesas financeiras	29 (44.270)	(44.270)																																											
Resultado financeiro	(41.366)	(41.366)																																											
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.288)	(10.288)																																											
Imposto de renda e contribuição social correntes	30	-																																											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	-																																											
Prejuízo do exercício	(10.288)	(10.288)																																											
<p>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:</p> <p>2.1 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais</p>																																													

meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados no 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, na modalidade quantidade de energia, aos preços de R\$ 124,00 por MWh (R\$ 351,37 por MWh em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 124,99 por MWh (R\$ 354,18 por MWh em 31 de dezembro de 2025), respectivamente, com fornecimento para 30 distribuidoras, abrangendo todos os submercados. Por fim, a controlada indireta Bahia PCH, detentora da usina Sítio Grande, possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), firmado com uma contraparte privada, com entrega no submercado Nordeste.

e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2026. **2.2 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:**

Revisadas e vigentes	Vigência	Principais pontos novos/alterados
Novas normas ou alterações		
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Revisadas e não vigentes		
Norma / Pronunciamento		
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. E, pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. **2.5 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e a de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 15 – Ativo Financeiro:** Valores residuais de ativos vinculados à concessão, indenizáveis ao término do contrato, reconhecidos como ativo financeiro e mensurados com base na expectativa de recuperação futura, incluindo atualização financeira. **• Nota explicativa 17 – Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação; **• Nota explicativa 17 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; **• Nota explicativa 18 – Intangível:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; **• Nota explicativa 23 – Provisão liminar garantia física:** Reconhecimento de passivo financeiro relativo aos montantes apurados na liquidação do mercado de curto prazo, em decorrência da redução da garantia física da usina, acrescidos de atualização financeira. **• Nota explicativa 24 – Provisão para processos judiciais:** Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações contábeis consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **3. Gestão de Risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas		Risco		Metodologia utilizada para mensuração do impacto		Gestão																																																																																																																																																																																										
<p>meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), firmados no 2º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de junho de 2006, na modalidade quantidade de energia, aos preços de R\$ 124,00 por MWh (R\$ 351,37 por MWh em 31 de dezembro de 2025) e R\$ 124,99 por MWh (R\$ 354,18 por MWh em 31 de dezembro de 2025), respectivamente, com fornecimento para 30 distribuidoras, abrangendo todos os submercados. Por fim, a controlada indireta Bahia PCH, detentora da usina Sítio Grande, possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), firmado com uma contraparte privada, com entrega no submercado Nordeste.</p>		Risco de mercado – taxa de juros	Exposição Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos																																																																																																																																																																																											
<p>de consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2026.</p>		Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.																																																																																																																																																																																											
<p>2.2 Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.3 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:</p>		Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.																																																																																																																																																																																											
<p>Revisadas e vigentes</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Novas normas ou alterações</th> <th>Vigência</th> <th>Principais pontos novos/alterados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis</td> <td>A partir de 1º de janeiro de 2025</td> <td>Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante</td> </tr> </tbody> </table>		Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados	CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	<p>(a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar as outras partes interessadas. O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário ("DI") acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas à taxa variável expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros variáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia e das controladas: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%, e (iii) com depreciação e apreciação de 50%.</p>																																																																																																																																																																																								
Novas normas ou alterações	Vigência	Principais pontos novos/alterados																																																																																																																																																																																														
CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante																																																																																																																																																																																														
<p>Revisadas e não vigentes</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Norma / Pronunciamento</th> <th>Vigência</th> <th>Principais pontos novos/alterados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros</td> <td>A partir de 1º de janeiro de 2026</td> <td>Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.</td> </tr> <tr> <td>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis</td> <td>A partir de 1º de janeiro de 2027</td> <td>Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.</td> </tr> </tbody> </table>		Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados	CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.	CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.	<p>(b) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobre de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as condições restritivas financeiras (covenants), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data deste balanço, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$518 (R\$27.210 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado de R\$130.053 (R\$91.091 em 31 de dezembro de 2024). A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.</p>																																																																																																																																																																																					
Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados																																																																																																																																																																																														
CPC 48 / CPC 40 (R1) – Alterações em Instrumentos Financeiros	A partir de 1º de janeiro de 2026	Revisão de critérios de classificação e mensuração; ampla divulgação sobre riscos, inclusive ESG.																																																																																																																																																																																														
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	A partir de 1º de janeiro de 2027	Nova estrutura das DF; categorias obrigatórias de receitas e despesas; novas métricas de desempenho; reforço nas regras de agregação/desagregação.																																																																																																																																																																																														
<p>Os principais motivos para as alterações nos prazos das outorgas são: (i) Houve alteração na Lei nº 9.427/1996, que determinou que as outorgas de usinas com prazo de vigência de 30 anos que entraram em operação antes de setembro/2020 e que não sofreram nenhuma penalidade em decorrência de não cumprimento do cronograma de implantação, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora. (ii) Ocorreu a publicação da Lei nº 14.052/2020, a qual teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento; e, de forma retroativa, por geração fora da ordem e importação. De acordo com a Lei, essa compensação ocorrerá por meio da extensão do prazo das outorgas de geração. Os principais motivos para os contratos de vendas estarem acima garantia física são: (iii) Para a SPE Afluente G, a redução da garantia física ocorreu posteriormente à celebração dos contratos de venda de energia (PPAs), resultando em descasamento entre a energia contratada e a energia assegurada vigente. (iv) Para a SPE Santa Cruz, a Companhia possui decisão liminar vigente que assegura a manutenção da garantia física em patamar anterior às revisões regulatórias, conforme nota explicativa nº 23. Adicionalmente, os descasamentos entre energia contratada e garantia física não acarretam ônus regulatório, uma vez que eventuais insuficiências de lastro são compensadas por meio da aquisição de energia no mercado, garantindo o cumprimento integral dos PPAs, sendo a exposição restrita a efeitos econômicos. 1.4 Situação financeira: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 5.554 na Controladora (R\$ 224.759 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido positivo de R\$ 5.813 no Consolidado (R\$ 336.108 negativo em 31 de dezembro de 2024) e decorrem substancialmente do passivo circulante de debêntures.</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instrumento</th> <th rowspan="2">Inde-xador</th> <th rowspan="2">Saldo em provável no resul-tado em 25%</th> <th rowspan="2">Redução de índice em 25%</th> <th rowspan="2">Elevação de índice em 25%</th> <th rowspan="2">Redução de índice em 50%</th> <th rowspan="2">Elevação de índice em 50%</th> <th colspan="3">Controladora</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/25</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>CDI</td> <td>518</td> <td>70</td> <td>52</td> <td>87</td> <td>35</td> <td>104</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>CDI (207.653)</td> <td>(27.911)</td> <td>(20.933)</td> <td>(34.888)</td> <td>(13.955)</td> <td>(41.866)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Consolidado</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">31/12/25</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Cenário I</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Cenário II</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Cenário III</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Impacto</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Redução de índice em 25%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Elevação de índice em 25%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Redução de índice em 50%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">Elevação de índice em 50%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">13,44%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">10,08%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">16,80%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">6,72%</td> </tr> <tr> <td colspan="7"></td> <td colspan="3">20,16%</td> </tr> </tbody> </table>						Instrumento	Inde-xador	Saldo em provável no resul-tado em 25%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	Controladora			31/12/25	31/12/25	31/12/25	Caixa e equivalentes de caixa	CDI	518	70	52	87	35	104				Debêntures	CDI (207.653)	(27.911)	(20.933)	(34.888)	(13.955)	(41.866)												Consolidado										31/12/25										Cenário I										Cenário II										Cenário III										Impacto										Redução de índice em 25%										Elevação de índice em 25%										Redução de índice em 50%										Elevação de índice em 50%										13,44%										10,08%										16,80%										6,72%										20,16%		
Instrumento	Inde-xador	Saldo em provável no resul-tado em 25%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	Controladora																																																																																																																																																																																									
							31/12/25	31/12/25	31/12/25																																																																																																																																																																																							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	518	70	52	87	35	104																																																																																																																																																																																									
Debêntures	CDI (207.653)	(27.911)	(20.933)	(34.888)	(13.955)	(41.866)																																																																																																																																																																																										
							Consolidado																																																																																																																																																																																									
							31/12/25																																																																																																																																																																																									
							Cenário I																																																																																																																																																																																									
							Cenário II																																																																																																																																																																																									
							Cenário III																																																																																																																																																																																									
							Impacto																																																																																																																																																																																									
							Redução de índice em 25%																																																																																																																																																																																									
							Elevação de índice em 25%																																																																																																																																																																																									
							Redução de índice em 50%																																																																																																																																																																																									
							Elevação de índice em 50%																																																																																																																																																																																									
							13,44%																																																																																																																																																																																									
							10,08%																																																																																																																																																																																									
							16,80%																																																																																																																																																																																									
							6,72%																																																																																																																																																																																									
							20,16%																																																																																																																																																																																									
<p>2.1 Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais</p>		<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instrumento</th> <th rowspan="2">Inde-xador</th> <th rowspan="2">Saldo em provável no resul-tado em 25%</th> <th rowspan="2">Redução de índice em 25%</th> <th rowspan="2">Elevação de índice em 25%</th> <th rowspan="2">Redução de índice em 50%</th> <th rowspan="2">Elevação de índice em 50%</th> <th colspan="3">Controladora</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/25</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>CDI</td> <td>130.053</td> <td>17.480</td> <td>13.110</td> <td>21.851</td> <td>8.740</td> <td>26.221</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Titulos e valores mobiliários</td> <td>CDI</td> <td>23</td> <td>3</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>5</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>CDI (967.641)</td> <td>(130.060)</td> <td>(97.545)</td> <td>(162.575)</td> <td>(65.030)</td> <td>(195.090)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Instrumento	Inde-xador	Saldo em provável no resul-tado em 25%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	Controladora			31/12/25	31/12/25	31/12/25	Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.053	17.480	13.110	21.851	8.740	26.221				Titulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	2	2	5				Debêntures	CDI (967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)																																																																																																																																															
Instrumento	Inde-xador	Saldo em provável no resul-tado em 25%	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	Controladora																																																																																																																																																																																									
							31/12/25	31/12/25	31/12/25																																																																																																																																																																																							
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	130.053	17.480	13.110	21.851	8.740	26.221																																																																																																																																																																																									
Titulos e valores mobiliários	CDI	23	3	2	2	2	5																																																																																																																																																																																									
Debêntures	CDI (967.641)	(130.060)	(97.545)	(162.575)	(65.030)	(195.090)																																																																																																																																																																																										

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas, dividendos a pagar e outras contas a pagar. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, empréstimo e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures, empréstimo e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total das debêntures	206.001	284.263	938.127	863.002
(-) Caixa e equivalente de caixa	(518)	(27.210)	(130.053)	(91.091)
(-) Aplicações financeiras vinculadas as dívidas	-	-	(23)	(22.435)
Dívida líquida	205.483	257.053	808.051	749.476
Total do patrimônio líquido	171.392	214.387	225.005	307.047

Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)

Índice de alavancagem financeira - %

3.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) **Risco regulatório:** As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. (b) **Risco hidrológico:** Conforme as regras do setor às usinas do Grupo foram atribuídas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") valores de Garantia Física que determina o potencial médio de geração estimado para aqueles empreendimentos e, consequentemente, o montante de lastro de energia que estas usinas têm para vender no mercado. Adicionalmente, temos o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), um sistema de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Nesse arranjo, a energia efetivamente atribuída a cada usina não depende exclusivamente de sua geração física, mas do desempenho hidrológico agregado do sistema, sendo distribuída proporcionalmente à sua Garantia Física. Como consequência, períodos de menor hidrológica reduzem a energia alocada a todo o conjunto de geradores hidráulicos (GSF < 1), gerando exposição ao mercado de curto prazo, enquanto períodos favoráveis têm o efeito oposto. Desta forma, o Mecanismo reduz o risco operacional individual das usinas do Grupo participantes, porém mantém uma exposição sistêmica às condições hidrológicas, a qual pode resultar na necessidade de compra de energia para cumprimento de contratos impactando os resultados financeiros da Companhia e suas controladas. Para mitigar estes eventuais impactos a Companhia tem uma Política de Comercialização de Energia estruturada, aprovada pelo Comitê de Comercialização de Energia da empresa, onde a área Comercial monitora regularmente as necessidades de compra e venda de energia da Companhia no curto e longo prazo, não deixando a empresa exposta aos riscos de variação de preços do mercado (PLD). Além disso, algumas das usinas do portfólio com contratos no mercado regulado, aderiram à repactuação do risco hidrológico ofertada pelo Governo em 2015/2016, permitindo a transferência de parte dessa exposição aos consumidores mediante pagamento de prêmio. Com a adesão, estas usinas passaram a ter o impacto do GSF limitado à 90%, reduzindo assim a volatilidade financeira em cenários hidrológicos adversos. (c) **Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"). O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. (d) **Mudanças climáticas:** As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica. As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as pequenas centrais hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas: 1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas. 2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas. 3. Criação de Comitê de Comercialização de Energia que gerencia o balanço energético da Companhia, monitorando as condições do GSF, e a disponibilidade de cada usina para atendimento de seus contratos, administrando o portfólio da forma mais eficiente possível. Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima. (e) **Risco de impairment:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos. **4. Instrumentos Financeiros por Categoria:** (a) **Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um ativo a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um ativo a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (b) **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Mensuração subsequente de ganhos e perdas: VJR -** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado -** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (c) **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (d) **Composição de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados. (e) **Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros. Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. (f) **Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado: Ativos financeiros:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24

Ativos financeiros

Ao custo amortizado:
Caixa e equivalentes de caixa 518 27.210 130.053 91.091
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas - - 23 22.435
Contas a receber - - 36.462 29.540
Contas a receber de partes relacionadas - 31.477 - 216
Ativo financeiro indenizável - - 23.550 20.735
Outras contas a receber - - 11.499 13.149

Passivos financeiros

Ao custo amortizado:
Fornecedores 48 90 8.815 10.897
Debêntures 206.001 284.263 938.127 863.002
Contas a pagar a partes relacionadas - 58 131 37.506
Dividendos a pagar - - 19.524 -
Outras contas a pagar - - 881 1.285
Provisão liminar garantia física - - 47.703 43.643

O valor justo da parte das debêntures classificadas no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificadas no não circulante também não difere significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas. **5. Caixas e Equivalentes de Caixas: Política contábil:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na Controladora e nas controladas. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Recursos em banco e em caixa 16 8 2.018 70

Recursos em aplicações financeiras 502 27.202 128.035 91.021

Total 518 27.210 130.053 91.091

As aplicações financeiras são em CDBs com liquidez imediata, remunerados a uma taxa média de 99,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (98% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **6. Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas: Política contábil:** Os depósitos são reconhecidos e mensurados ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício. Valores mantidos em contas em instituições financeiras, que têm como finalidade garantir obrigações associadas às debêntures emitidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24

31/12/25 31/12/24 31/12/25 31/12/24

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

23 22.435

2

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. e Controladas

continuação

fização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. – Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e – Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 1.6.1 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião modificada referente aos valores correspondentes inseridos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, em 31 de Março de 2025. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre tais demonstrações financeiras ou sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de Março de 2026

KPMG
KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/0-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador
CRC 1SP245014/0-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo
MERCANTIL

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 02/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

